



Plural - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 2176-8099

ISSN: 2176-8099

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo

Gentile, Fabio

A direita brasileira em perspectiva histórica

Plural - Revista de Ciências Sociais, vol. 25, núm. 1, 2018, Janeiro-Junho, pp. 92-110

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2018.149017>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=649769992006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

A direita brasileira em perspectiva histórica

The Brazilian Right in historical perspective

Fabio Gentile^a

Resumo O objetivo deste trabalho é pensar o fenômeno da direita brasileira contemporânea numa perspectiva histórica, dado que esta tradição está fortemente enraizada na estrutura econômico-social colonial do país. A proposta metodológico-teórica é de utilizar uma categoria de direita “plural”, caracterizada por uma multiplicidade de experiências, cujo elemento aglutinador é a tensão liberalismo-autoritarismo, que atravessa toda a história do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave Liberalismo; Autoritarismo; Direita.

Abstract *The objective of this work is to analyze the phenomenon of contemporary Brazilian Right in historical perspective, as this tradition is strongly rooted in the colonial economic and social structure of Brazil. The methodological-theoretical proposal is to use a “plural” right category, characterized by a multiplicity of experiences, whose unifying element is the liberalism-authoritarianism tension, crossing the whole history of contemporary Brazil.*

Keywords *Liberalism; Authoritarianism; Right.*

INTRODUÇÃO

Por um longo tempo os estudos sobre a “direita”, suas configurações ideológicas e organizações políticas, foram poucos e bastante frágeis tanto no perfil metodológico quanto no teórico. Tratou-se, enfim, de um tema bastante marginalizado no campo das ciências sociais.

Há muitos fatores que podem explicar esta lacuna. De forma geral, pode-se dizer que a “direita” foi apresentada como um apêndice *tout court* da época dos regimes fascistas entre as duas guerras mundiais. Na área dos estudos sobre o fascismo registrou-se um domínio do paradigma antifascista, na sua versão liberal ou marxista, de acordo com o qual o fascismo seria um “parêntese” no caminho progressivo da civilização ocidental. Uma vez concluído o “parêntese” do fascismo com o fim da segunda guerra mundial, os pequenos grupos que ainda se inspiravam

a Coordenador do programa de Pós Graduação em Sociologia do departamento de Ciências Sociais da Universidade do Ceará.

nos regimes de Mussolini e Hitler vieram a ser apresentados como sobrevivências marginais daqueles fenômenos.

Associar a categoria de direita “monoliticamente” ao nazifascismo teve entre as demais consequências a marginalização da experiência das direitas liberais e conservadoras na Europa continental e aquelas de matriz anglo-saxônicas entre o final do século XIX e a época entre as duas guerras mundiais.

Por se considerar e ser considerada desde as suas primeiras manifestações a herdeira do nazifascismo, um fenômeno específico de uma época que nunca mais ia voltar na história da humanidade, as ciências sociais atribuíram à direita uma função exclusivamente “antissistêmica”, embora, com o início da Guerra Fria, os movimentos espalhados de combatentes e militantes dos regimes fascistas (sobretudo na Itália e na Alemanha), sob o controle dos serviços secretos norte-americanos, desenvolveram um papel estratégico no combate ao comunismo, apoiando governos conservadores na Europa Ocidental¹.

Enfim, a ambiguidade da direita – dentro e fora do novo sistema democrático (IGNAZI, 1989)- nos anos imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, levou muitos cientistas sociais e políticos a pensarem que esta área não fosse produtora de uma específica ideologia, embora os fundadores dos grupos de direita reivindicassem o seu caráter de novidade e de originalidade, destacando que o “neofascismo” não era uma simples apêndice do regime fascista. Pelo contrário, era a realização, em um novo contexto, do programa social do movimento fascista das origens, uma vez que o regime não conseguiu alcançar todas as metas de política social fixadas.

Entre a segunda metade da década de 1970 e a década de 1980, o panorama mudou sob o efeito do fim da guerra fria. Novos movimentos de direita, qual a “*nouvelle droite*” francesa de Alain De Benoist (1979), articulando uma reflexão bastante original na área da direita, que prefigurava cenários das últimas duas décadas (implosão da União Soviética, globalização, declínio da democracia representativa e “antipolítica”, ascensão do neoliberalismo e crises financeiras), chamaram a atenção das ciências sociais sobre o tema crucial da “ideologia da direita” (GENTILE, 1979). A proposta era de abrir o campo teórico e metodológico, cruzando o plano histórico-político com o plano ideológico. Um dos principais resultados do renovamento do debate foi uma definição de “ideologia da direita”, que se tornou rapidamente um ponto de partida fundamental para uma nova geração de analistas e cientistas sociais.

1 É o caso do *Movimento Sociale Italiano*. Ver PARLATO, 2006; GENTILE, 2013.

É possível resumi-la desta forma: um *corpus* de identidades simbólicas, mitológicas e litúrgicas manifestado na forma de redes conceituais e códigos comunicativos, não necessariamente caracterizado por uma intrínseca originalidade, capazes, porém, de despertar os sentimentos mais profundos das massas, visando ganhar um consenso de caráter fideísta.

Finalmente, a direita estava sendo liberada do preconceito de ser apenas um resíduo do fascismo para se tornar um fenômeno complexo, capaz de produzir uma ideologia autônoma.

Com o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim em 1989, a direita se reinventou em torno de novos temas: o populismo “antipolítico”, a crise da representação tradicional e a imigração, entre os principais.

O novo desafio das ciências sociais e políticas era então a compreensão deste variado arquipélago de direita, enquanto os “think tanks” orgânicos à nova ordem “neoliberal”, hegemonizada pelos EUA, celebravam o “fim da história” e o triunfo histórico definitivo do capitalismo e da democracia representativa, capazes de derrotar todos os inimigos ideológicos após o 1989 (FUKUYAMA, 1992).

Contra os perigos de ser absorvido pelo pensamento único globalizado, caracterizado pela extinção das categorias direita-esquerda (STERNHELL, 1989), fascismo-antifascismo – reduzidas a velhas categorias do século XX e, portanto, não adequadas para compreender a nova ordem mundial –, Norberto Bobbio reafirmava a necessidade de manter a dicotomia direita-esquerda (1995), dado que elas são portadoras de duas *Weltanschauung* totalmente opostas, elaboradas como fundamento de um projeto ideológico-político bem definido, que vai até além do campo político para caracterizar uma diferente visão das relações sociais quotidianas (PIERUCCI, 1990, p. 11).

À luz destas considerações, precisamos ainda manter direita e esquerda contra o pensamento único neoliberal globalizado, que pretende se afirmar também absorvendo qualquer oposição num comunitarismo indistinto, sem classes sociais.

Nesta perspectiva, o fenômeno da direita brasileira contemporânea, suas configurações ideológicas e suas organizações políticas se torna um laboratório privilegiado para pensar a ascensão das direitas na América Latina e no Ocidente capitalista (LÓPEZ SEGREGA, 2016). Se por um lado ela reproduz de forma atualizada a peculiar convivência de princípios liberais e práticas autoritárias características da história do Brasil contemporâneo, por outro está reproduzindo na sociedade brasileira um aspecto importante do desequilíbrio das sociedades “pós-democráticas” (CROUCH, 2004): a aliança entre movimentos neoliberais e a direita nacionalista, criando coalizões ou até convivendo no mesmo partido. Para

dar um exemplo, os movimentos neoliberais brasileiros estão entre os principais defensores da globalização, implementada por meio de uma agenda de políticas transnacionais, portanto não compartilham o programa racista e homofóbico do movimento de Bolsonaro, porém o consideram útil para desviar as críticas dos interesses que representam.

Pensar a direita brasileira contemporânea como laboratório original de alianças entre pensamento neoliberal globalizado e práticas autoritárias pode também proporcionar um avanço importante no campo do pensamento político-social brasileiro, em direção de um novo caminho metodológico e teórico trilhado pela construção de “redes de interdependências que necessitam ser recompostas por uma sociologia interessada na transnacionalização da cultura” (BORGES LEÃO, 2018, p. 27). Assim, o foco não vai ser mais sobre a lógica tradicional de um centro criador de ideologia e de uma periferia meramente reprodutora. Pelo contrário, o objetivo é criar novos espaços transnacionais de circulação de ideias, interação e comparação entre fenômenos que compartilham a mesma raiz ideológica e política. Nesta perspectiva, o desafio é pensar as matrizes teóricas da nova direita “plural” numa circulação transnacional de ideias, compatibilizando o autoritarismo “instrumental” de Oliveira Vianna, na década de vinte, com a aliança entre neoliberalismo e ditadura militar “provisória”, teorizada pelo pensamento autoritário brasileiro da década de 1950, e corroborada na década de Sessenta pelo pensamento liberal-conservador de Von Hayek e, sobretudo, pela doutrina neoliberal de Milton Friedman, inspirador da ditadura de Pinochet no Chile, a “[...] primeira experiência neoliberal sistemática do mundo” na década de 1970 (ANDERSON, 1995, p. 19) .

As ciências sociais brasileiras ainda estão num nível pioneiro de estudos e reflexões sobre a direita. Provavelmente porque a confiança de muitos analistas na transição pela democracia, juntamente com a exigência de pensar um modelo constitucional e institucional democrático das relações Estado-sociedade, tem longamente marginalizado o tema do autoritarismo, até reduzir a direita, como aconteceu na Europa após a Segunda Guerra, a uma persistência marginal de um passado que nunca mais iria voltar na história do país.

O ciclo de protestos iniciado em Junho de 2013 e culminado com o *impeachment* de Dilma Rousseff mostrou a consolidação de uma “nova” direita, tanto sob o perfil ideológico quanto sob o perfil organizativo. Foram visualizados três grandes vertentes da nova direita: os pentecostais, que passaram a interagir na política institucional desde a década de 1970, os institutos liberais, criados por forças empresariais para difundir o neoliberalismo no Brasil desde a década de 1980 (GROS, 2004, p. 143-159), e o movimento articulado em torno da figura de

Jair Bolsonaro. A dificuldade de muitos analistas em tentar definir algo que se apresentava como “novo” no panorama político social brasileiro levou a destacar principalmente os elementos de novidade da direita na onda do que estava acontecendo desde a década de 1990 nos EUA. Um novo modelo de luta ideológica e de organização política tendo como pauta as grandes questões da “pós-modernidade”. Sem ainda ter esgotado os temas clássicos do Estado e do desenvolvimentismo, a nova direita pareceu estar projetada nas redes sociais lidando com questões como a liberalização de algumas drogas e o debate sobre uma nova geração de direitos, além de um novo discurso racial.

Diante de uma galáxia tão diversificada, o primeiro grande desafio para estudar em profundidade este complexo fenômeno é achar uma categoria de direita rigorosa e versátil ao mesmo tempo, capaz então, por um lado, de colher os elementos que podem ser conduzidos ao nível de interpretação geral, mas por outro lado, capaz de destacar os traços específicos das diferentes famílias e experiências políticas que se colocam na área da direita brasileira.

Sob perfil metodológico e teórico, nossa proposta é de utilizar uma categoria de direita “plural” (CALDIRON, 2001), caracterizada por uma multiplicidade de experiências, cujo elemento aglutinador é a tensão liberalismo-autoritarismo, traço marcante de toda a história do Brasil contemporâneo. Ao mesmo tempo, como destacado anteriormente, estudar a direita brasileira proporciona também uma melhor compreensão de tendências políticas, econômicas e sociais do mundo atual.

Tendo em vista o nosso objetivo de apresentar uma teoria da compatibilidade entre neoliberalismo e autoritarismo, focada no estudo específico da direita “plural” brasileira, reunida em torno da tensão liberalismo-autoritarismo, é preciso em via preliminar definir, embora essencialmente, o que entendemos por “neoliberalismo” e quais suas aproximações e diferenças com o liberalismo clássico, uma vez que o neoliberalismo é utilizado para definir um amplo espectro de experiências, gerando também muitos desentendimentos, sobretudo a respeito da sua relação com o liberalismo.

Por um lado, não há como negar as profundas diferenças entre liberalismo e neoliberalismo. Diante o rumo economicista que o neoliberalismo está tomando desde a década de Sessenta do século XX, muitos pensadores liberais se concentram mais sobre o tema político-jurídico da justiça, revertendo a relação tradicional de subordinação que ela tem com a liberdade e colocando-a no foco do liberalismo político.

Porém e para fins de nossa análise é mais profícuo se focar sobre as aproximações entre liberalismo e neoliberalismo. Do ponto de vista das ideias, o

neoliberalismo – bem como todas as doutrinas que pretendem se apresentar como “novas” – se caracteriza por um resgate em um contexto diferente de uma matriz liberal originária comum (mercado livre, empresa livre, trabalho livre, eficiência, bem estar e felicidade coletiva etc.), que nunca realizou-se plenamente - nem no século XIX, ápice do liberalismo -, dado que a partir do 1870 as relações internacionais tomaram o rumo do protecionismo, e que a reconstrução após a segunda guerra mundial foi atuada com base na teoria keynesiana de apoio ao gasto público e aos investimentos nas infraestruturas. Nesta perspectiva, não há conflito teórico entre liberalismo e neoliberalismo a respeito da mesma raiz comum e dos fins a serem alcançados.

Nem o caminho metodológico do liberalismo e do neoliberalismo é muito diferente. Se no liberalismo “clássico” há uma preocupação em recompor a ruptura epistemológica entre a “ciência positiva” preocupada em sistematizar o que “*positum*” na realidade, e uma “ciência normativa” criadora de um sistema de regras para alcançar um determinado fim, o neoliberalismo compartilha a mesma preocupação no seu método de investigação da economia. Neste horizonte, Milton Friedman, na década de cinquenta, afirmava que as conclusões da economia positiva são de fundamental relevância para importantes problemas normativos (1953). O papel da economia “positiva” é de apresentar um conjunto de generalizações a serem utilizadas para fazer previsões corretas sobre as consequências de uma eventual mudança das circunstâncias. Friedman manifesta uma postura realista nas questões da ética. Uma desconfiança nas capacidades do processo deliberativo e normativo no esforço de achar uma raiz comum objetiva capaz de levar todos os indivíduos para a uniformidade.

Tentando exemplificar estas ideias no caminho do liberalismo ao neoliberalismo, é necessário destacar a aproximação entre o liberalismo clássico de Benedetto Croce e o neoliberalismo de Milton Friedman. Se no pensamento de Croce, a análise “positiva” da realidade após a primeira guerra mundial levava a teorizar que o fascismo poderia ser uma “parêntese” aceitável, desde que ele cumprisse o papel de criar as condições de reconduzir a crise da sociedade liberal no caminho certo do progresso civilizatório liberal (CROCE, 1973), diante o avanço ameaçador do comunismo totalitário; da mesma forma, Milton Friedman constrói sobre a ciência “positiva” a sua proposta político-normativa (1962). Se o objetivo final do neoliberalismo é a realização da sociedade de mercado, e o modelo institucional é apenas um instrumento para alcançar este objetivo, segue-se que uma ditadura “transitória” (Pinochet no Chile) se torna perfeitamente compatível com o liberalismo, uma vez que o *Welfare State* democrático, de matriz keynesiana é

totalmente inconciliável com a teoria da estabilidade econômico-monetária da Escola de Chicago, e o comunismo soviético é – nesta visão - o regime totalitário mais opressivo da história da humanidade, até mais que o nazifascismo.

Como veremos ao longo do trabalho, o pensamento de Oliveira Vianna, moldado no positivismo castilhistas, antecipa a teoria liberal da “ditadura autoritária” como “parêntese”. Já na primeira grande obra *Populações Meridionais do Brasil* (1987) não haveria então incompatibilidade entre liberalismo e autoritarismo, desde que o autoritarismo fosse pensado como um “instrumento transitório” para dar estrutura, educação e consciência coletiva à sociedade brasileira, de modo tal que ela pudesse apoiar a introdução de instituições genuinamente liberais no Brasil².

AS RAÍZES DA DIREITA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: LIBERALISMO, CONSERVADORISMO E AUTORITARISMO

Entender as configurações ideológico-políticas da direita no Brasil requer uma perspectiva histórica, dado que esta tradição está fortemente enraizada na própria estrutura econômico-social colonial do país, consolidada em torno da ascensão ao poder de uma elite de proprietários e comerciantes, depositários de uma tradição patrimonialista e oligárquica herdada da dominação portuguesa, articuladores de um mecanismo de cooptação das clientelas ligado à economia agroexportadora e aos defensores da propriedade da terra e da escravidão.

A combinação de liberalismo e escravidão só pode aparentemente parecer uma contradição. Um olhar mais profundo mostra, porém, que na sociedade pós-colonial brasileira o liberalismo não tomou a forma do pacto da tradição política moderna, nem se associou à ética burguesa da livre iniciativa (BOSI, 1992).

Se por um lado, o liberalismo “heróico” das origens se afirmou como a ideologia da independência, por outro lado - observa Alfredo Bosi - o conceito de liberal, consolidada a independência, logo assumiu o significado de “conservador de um complexo de liberdade”, desde a iniciativa econômica gratuita, passando pelo direito de voto baseado no censo até a liberdade de ter trabalhadores escravos em regime de coerção legal (BOSI, 1992, p. 199-200).

2 Como o mesmo Vianna esclarece desde sua primeira obra: “Dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar, subdividida em quase duas dezenas de núcleos provinciais, inteiramente isolados entre si material e moralmente: - eis o primeiro objetivo. Realizar, pela ação racional do Estado, o milagre de dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade; os instintos viscerais da obediência à autoridade e à lei, aquilo que Ihering chama “o poder moral da ideia do Estado”; - eis o segundo objetivo” (OLIVEIRA VIANNA, 1987, p. 275-276).

Não houve, portanto, nenhuma incompatibilidade entre ser liberal e ser dono de escravos, dada a ausência de uma relação necessária entre o liberalismo e a abolição da escravidão. Os ideais burgueses, liberais e republicanos ficaram no nível da “consciência possível” (FAORO, 1994), sendo assim rapidamente sufocados por um autoritarismo clânico-oligárquico, de cunho hierárquico, e baseado em laços de fidelidade material e simbólica a uma elite homogênea, defensora do centralismo estadual, como pode se observar no sistema político imperial, ratificado pela constituição de 1824, e pela criação dos dois grandes partidos - o liberal e o conservador - que, além de algumas diferenças ideológicas, representavam os interesses de grupos sociais similares (MURILO DE CARVALHO, 1981). A conciliação entre liberalismo e conservadorismo encontrava seu momento de expressão máxima no modelo de Estado “Saquarema” (LYNCH, 2010), representado pelos grandes teóricos do Estado imperial centralizador, eficiente e criador do povo brasileiro, dentre as quais se destaca a figura do Visconde do Uruguai (NUNES FERREIRA, 1999).

Entre a proclamação da Primeira República e a Revolução de 1930, época rica em novas expressões em todos os campos (o modernismo no campo artístico, por exemplo), vão se estruturando as configurações ideológicas e políticas da direita brasileira.

De acordo com o historiador argentino Beired, a análise da formação de um pensamento de direita nos sugere pensá-la como um “campo” de relações intelectuais e políticas polarizadas em torno de um conjunto de problemas que vão desde questões de longo prazo do pensamento brasileiro (a ausência de uma consciência nacional e a centralidade do Estado na criação da sociedade) até os desafios da modernização, ligada à crise do modelo agroexportador no contexto mais amplo da crise do Estado liberal, pensado como inadequado a soldar o país legal das elites com o país real da pobreza e do atraso (BEIRED, 1999).

Entre a década de 1920 e a “Era Vargas”, a direita “plural” brasileira se articula em três linhagens ideológicas e políticas principais: o nacional-autoritarismo *cientificista*, herdeiro da tradição positivista brasileira; a direita católica; a direita fascista, representada pelo integralismo, que de acordo com uma análise consolidada seria o movimento ideológico e político mais próximo ao fascismo europeu (TRINDADE, 1974).

Embora caracterizadas por um conjunto diferenciado de reflexões teóricas e políticas (o autoritarismo como manifestação dos interesses das classes dominantes ou como resposta elitista à desarticulação da sociedade civil, a mobilização católico-fundamentalista das massas), as três correntes da direita brasileira entre a segunda metade dos anos 1920 e os 1930 vieram a compartilhar a visão “normativa”

do Estado autoritário, pensado como a única maneira de corrigir os desequilíbrios de longo prazo do Brasil. Como observa Bolívar Lamounier, a “ideologia do Estado autoritário brasileiro” não era uma mera cópia do fascismo europeu, dado que foi alimentada desde o início do século XX por uma síntese entre o pensamento conservador brasileiro do século XIX e uma bagagem de ideias “protofascistas” que há muito tempo estavam circulando no Brasil: do autoritarismo ao corporativismo, do anti-liberalismo ao anti-socialismo, ao centralismo e ao nacionalismo (LAMOUNIER, 1977).

Assim, no Brasil, entre as duas guerras mundiais não se configura uma relação necessária entre modernização e Estado autoritário, embora o próprio Getúlio Vargas e os próprios colaboradores da ‘Revolução de 30’ nunca tenham feito segredo sobre terem sido inspirados pelas ideias de Alberto Torres ou de Oliveira Vianna. Mas é preciso pensar a época varguista como um “campo aberto” de propostas, caracterizadas pela tensão liberalismo-autoritarismo. Conforme destacado por Ângela de Castro Gomes, na década de 1930, houve várias propostas em confronto sobre a relação Estado-mercado-indivíduo (GOMES, 2003, p. 112-145), algumas das quais suportadas por uma ideologia nacionalista e autoritária, mas também outras que afirmavam uma perspectiva essencialmente liberal, refletindo a complexidade do campo intelectual da época (CORREA, 2016, p. 955-966).

A TENSÃO LIBERALISMO-AUTORITARISMO NO PENSAMENTO DE OLIVEIRA VIANNA

Para tentar abordar a tensão permanente autoritarismo-liberalismo, que acompanha toda a trajetória da direita brasileira, precisamos utilizar o conceito de “autoritarismo instrumental” em uma nova perspectiva analítica (GENTILE, 2018, p. 27-46).

Teorizado pelo cientista brasileiro W. G. dos Santos na década de 1970, o “autoritarismo instrumental” tornou-se, desde aquela época, uma categoria fundamental do pensamento político-social brasileiro (SANTOS, 1978). Visando diferenciar o autoritarismo de Oliveira Vianna das outras famílias do pensamento autoritário brasileiro (o integralismo, o catolicismo e o tenentismo), o cientista político elabora um conceito capaz de dar conta do sentido mais profundo do pensamento do sociólogo, ideólogo do Estado autoritário e consultor jurídico do Ministério do Trabalho na década de 1930. Nesta perspectiva, o “autoritarismo instrumental” é pensado como um instrumento transitório, cuja utilização é limitada ao cumprimento da sua tarefa de criar as condições para a implantação de uma sociedade liberal no Brasil. É uma explicação parcialmente satisfatória. O “autoritarismo instrumental” formulado por Santos a partir de uma hipótese de convivência ambígua entre

autoritarismo e liberalismo não explica de forma adequada as causas e as trajetórias do complexo processo de assimilação na legislação trabalhista brasileira do modelo fascista corporativista, de cunho totalitário.

Em outras palavras, a questão central é como foi possível no pensamento de Oliveira Vianna adaptar para a sociedade brasileira o Estado corporativo, pensado como o melhor e mais moderno “instrumento” na época entre as duas guerras mundiais para pôr ordem na crise do Estado liberal, sem necessariamente cair na teoria da “ditadura permanente” do totalitarismo fascista.

Para que o conceito ainda mantenha o seu fecundo potencial analítico na área dos estudos e das reflexões sobre o autoritarismo e a direita brasileira é preciso fundamentá-lo com novos elementos teóricos, devendo ser repensado tendo em vista mais dois fatores:

1. O autoritarismo se caracteriza como “instrumental” para uma futura sociedade liberal não apenas porque, como observa Murilo de Carvalho, “Oliveira Vianna absorveu muitos temas do liberalismo conservador do Império” (MURILO DE CARVALHO, 1993, p. 22), mantendo de qualquer forma um diálogo sempre aberto com o liberalismo. Mas, sobretudo, porque busca a sua legitimidade no afastamento do Estado totalitário (fascista ou comunista) europeu, caracterizado por uma visão teleológica do Estado, pelo anti-liberalismo radical e pela simbiose partido único–Estado.

Uma vez afastado do totalitarismo, o “autoritarismo instrumental” pode ser então apresentado como o mais “adequado” para sustentar a nova ordem industrial do País, e ao mesmo tempo, dado o seu caráter “instrumental” e transitório, ele apresentaria sempre uma possibilidade em cada fase da ditadura varguista de se abrir para uma sociedade liberal, enquanto no caso europeu não é possível alguma compatibilidade entre liberalismo e totalitarismo.

Esta tensão permanente entre autoritarismo e liberalismo na década de 1930 ajuda também a ditadura varguista a se manter estável e longamente no poder.

2. No pensamento nacional-autoritário brasileiro, o autoritarismo se vincula à teoria do “desenvolvimento tardio” em sua variante nacionalista, segundo a qual alguns países da “periferia” do capitalismo privilegiaram o Estado autoritário como centro organizador da nação em todos os seus aspectos, tendo em vista superar o atraso e cortar a dependência dos países mais desenvolvidos (CARDOSO; FALETTO, 1970)³. Então ele é “instrumental” não apenas porque é “transitório”, visando

3 Embora o pensamento econômico teórico desenvolvimentista *stricto sensu*, articulado em torno a um conjunto de propostas a serem implementadas mediante políticas públicas, consolidou-se nas décadas de cinquenta e sessenta, tendo como sua referência a Cepal, centro catalizador e

construir as condições estruturais para uma democracia liberal, mas sobretudo porque é o mais “adequado” para misturar alguns elementos totalitários de matriz europeia com o liberalismo.

Esse “ecletismo” manifesta-se claramente no processo de apropriação criativa que Oliveira Vianna faz dos modelos econômicos, políticos e sociais mais modernos da época, compatibilizando-os com a realidade brasileira. Isso explicaria porque nos anos 1930 os teóricos autoritários se apropriam do modelo corporativo fascista para industrializar o país, mas também ajuda a entender porque nos anos 1960 uma das vertentes mais importantes do autoritarismo procura compatibilizar ditadura autoritária, totalitarismo e neoliberalismo, como mostram as trajetórias dos economistas Eugênio Gudín e Roberto Campos.

Ademais, não foi à toa que o general Golbery do Couto e Silva utilizou Oliveira Vianna como grande referência no seu trabalho sobre a geopolítica do Brasil, um dos documentos fundamentais da doutrina da segurança nacional (COUTO E SILVA, 1981; TREVISAN, 1985). E, indo mais à frente, o “ecletismo” econômico e político-social brasileiro, visando dar prioridade ao desenvolvimento do país, pode até explicar porque o processo de redemocratização da década de 1980 deixa a ambígua convivência entre os princípios básicos da liberal-democracia e a estrutura sindical-corporativa de cunho fascista, herança do autoritarismo varguista, incorporada na ditadura militar.

AS DÉCADAS DE 1950 E 1960: DIREITA, NEOLIBERALISMO E DITADURA “PROVISÓRIA”

Seguindo a nossa análise, a época que vai da democracia populista até a ditadura militar (1945-1964) se apresenta como o laboratório da tensão liberalismo-autoritarismo, além de antecipar uma das tendências atuais da globalização, quer dizer, a aliança entre o neoliberalismo e a direita nacionalista.

A recusa do estado totalitário, nazifascista ou comunista abre um espaço de reflexão sobre o conservadorismo de tradição anglo-americana, também sob o

difusor das teorias elaborada por Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares e José Medina Echevarría, entre outros, o desenvolvimentismo tem uma longa tradição ideológico-política, abrangendo não apenas escolas econômicas mas também autores e correntes voltados para o estudo das sociedades pós-coloniais subdesenvolvidas. No caso brasileiro basta pensar aos primeiros teóricos da organização nacional da questão social brasileira na segunda metade do século XIX, quais Silvio Romero e Alberto Torres, precursores de um pensamento nacional-desenvolvimentista que se tornou um projeto material de políticas polarizadas em torno do Estado interventor. De acordo com Ricardo Bielschowsky (1988), é legítimo então, pensar o desenvolvimentismo como um ciclo que inicia com a “Era Vargas” e chega até o 1964, tendo como seu foco a ideologia da transformação da sociedade brasileira por meio da industrialização, do planejamento e dos investimentos, embora não haja na época varguista uma teoria econômica desenvolvimentista “científica”.

efeito da diáspora de muitos intelectuais europeus fugitivos da Alemanha para os centros universitários dos EUA. É uma geração (Hannah Arendt, Leo Strauss etc.) que assume a experiência dos Estados nazistas e estalinistas dentro da mesma categoria de totalitarismo, apagando todas as diferenças histórico-genéticas, ideológicas e econômicas entre os dois modelos. Diante da tragédia das duas experiências totalitárias, o pensamento liberal conservador defende os valores do liberalismo político-econômico, seguindo duas vertentes: o conservadorismo liberal-constitucional (Michael Oakeshott), que recusa o racionalismo universalista e o coletivismo. Argumenta que a política serve apenas para manter um sistema de normas nas quais o indivíduo é livre para buscar seus objetivos, ao passo que o governo pode até ter um papel econômico-social, porém não pode de forma alguma mexer na estabilidade monetária do país (OAKESHOTT, 1962); e, sobretudo, a escola econômica da nova direita (Hayek), cujo argumento central é que uma sociedade livre necessita de um livre mercado, ou, em outras palavras, a política “limitada” do pensamento conservador é possível apenas num sistema capitalista (HAYEK, 1944, 1960).

As novas direitas anglo-americanas foram bastante utilizadas pela direita brasileira após a Segunda Guerra mundial. É o caso de Roberto Campos, discípulo de Hayek.

De acordo com Héglio Trindade, a época que vai da “redemocratização” sob a égide do populismo varguista até o golpe militar de 1964 reflete a persistência de um “hibridismo” brasileiro, combinando formas de pensamento liberal com práticas autoritárias e corporativistas, de cunho fascista (TRINDADE, 1985, p. 46-72). É um ponto crucial para entender as relações de continuidade entre a primeira geração de pensadores autoritários (Torres, Vianna, Amaral, Campos) e a segunda geração, representada, sobretudo, pelos economistas Roberto Campos e Eugênio Gudin, dois dos principais teóricos e colaboradores da ditadura militar.

Compartilhamos o argumento central do cientista político Ricardo Silva. O elemento comum para as duas gerações pode se encontrar na defesa de uma “ideologia do Estado autoritário”, organizada em torno de um conjunto de argumentos em favor da implantação do Estado autoritário como remédio aos males do país (SILVA, 2004). Segundo Silva, no caso de Campos e Gudin, trata-se de uma atualização, em um contexto histórico diferente, dos argumentos elaborados pelos teóricos do Estado Novo. Se na visão dos principais teóricos da “ideologia do Estado autoritário”, o modelo autoritário varguista foi apresentado como o mais “adequado” naquele momento para a realidade social brasileira, Campos e Gudin,

com diferentes modalidades, voltaram a defender o argumento do autoritarismo como o melhor “instrumento” para alcançar uma sociedade liberal (CAMPOS, 1978).

De forma específica Campos, economista “ecclético” e expoente da “ala direita” do desenvolvimentismo” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 104-126), retomando as ideias dos autoritários da década de 1930, configura uma ditadura autoritária “provisória” consistindo numa primazia do poder executivo, dominado pelos militares e pelos tecnocratas, únicos depositários do “bem” e do “racional”, com base na “incapacidade” do povo brasileiro em ter instituições democrático-liberais, de acordo com a teoria do “autoritarismo instrumental”, de matriz cientificista e positivista.

Trata-se de uma reformulação, em um contexto diferente, da ideologia do militar-político, que veio sendo elaborada durante a Era Vargas diante da ineficiência das elites políticas da época liberal e da suposta fragmentação do povo brasileiro. Formulada claramente pelo general Góes Monteiro, em *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército* (1934) (GÓES MONTEIRO, 1934), se torna um argumento fundamental para o golpe de 1964, que busca a legitimidade ideológica da intervenção militar na política na doutrina da “segurança nacional”, bem como na reelaboração do argumento do “perigo comunista”, em continuidade com o anticomunismo varguista fixado na Lei da Segurança Nacional, reproduzindo o discurso ideológico-simbólico “amigo-inimigo” (SCHMITT, 1921), típico dos regimes totalitários e autoritários. É o novo papel das forças armadas no processo político brasileiro.

O Estado autoritário em Campos e Gudin tem como seu pressuposto teórico fundamental a adesão à escola monetarista, na desconfiança, compartilhada pela maioria dos teóricos da estabilidade monetária, nas teses do estruturalismo e na visão de que a democracia não é o melhor regime para programar políticas econômicas de cunho liberal. Nessa postura teórica há uma clara antecipação da aliança entre neoliberalismo e direita. Se no pensamento de M. Friedman e da *Chicago School of Economics* o capitalismo de livre mercado é o único sistema possível, dado o fracasso dos modelos totalitários de direita e de esquerda, e, portanto, para proporcionar riqueza não pode se apoiar a nenhum princípio moral ou político humano, a democracia ou a ditadura se tornam perfeitamente compatíveis com ele, desde que garantam “pragmaticamente” a livre circulação transnacional de capitais financeiros, sem fazer alguma diferença entre graus diferentes de desenvolvimento dos países.

Da mesma forma, no pensamento da direita economicista brasileira das décadas de 1950 e 1960, configura-se uma aliança “ecclética” e pragmática entre neoliberalismo ortodoxo, planejamento econômico “racional” e ditadura, anteci-

pando a experiência do Chile de Pinochet e também, de certa forma, as políticas neoliberais da década de 1980 na Inglaterra e o no EUA.

Nesta visão, a ditadura militar, por sua vez, embora mais repressiva no plano político-social, amplia o campo das possibilidades de desenvolvimento econômico do país, pois recupera, atualizando-a, a ideologia do Estado autoritário numa visão mais “ecletica” ou “pragmática”, que, mesmo privilegiando o estatismo autoritário como via ao desenvolvimento brasileiro, devido também à formação dos militares no poder, não exclui aprioristicamente a compatibilidade de intervencionismo e corporativismo estatal dos anos 1930, estruturalismo dos anos 1950 e neoliberalismo.

A TENSÃO LIBERALISMO-AUTORITARISMO COMO ELEMENTO AGLUTINADOR DA NOVA DIREITA “PLURAL” BRASILEIRA

Sem pretensão alguma de fazer a historia das vertentes ideológicas e políticas que se encontram na direita brasileira, o objetivo deste trabalho foi fornecer algumas trilhas teóricas e metodológicas para entender o crescimento rápido na atual conjuntura brasileira da “nova direita” - um movimento heterogêneo “plural” que não compartilha uma única doutrina -, destacando como as varias tendências que conformam a direita, mesmo reivindicando orgulhosamente a própria especificidade, se caracterizam pela confluência no neoliberalismo, desde a segunda metade da década de oitenta.

A hipótese sustentada ao longo do trabalho é a de que nas raízes desta confluência há uma tensão liberalismo-autoritarismo que marca toda a história da direita brasileira, desde as origens da formação de um pensamento autoritário na Primeira Republica, passando pela “Era Vargas” e pela ditadura militar e chegando até a redemocratização de 1988.

Para sustentar a nossa hipótese, foi necessário analisar as aproximações entre o liberalismo o neoliberalismo, apontando que em ambos há uma convergência sobre a ideia do que a sociedade de mercado pode ser alcançada plenamente também mediante um regime autoritário “instrumental”, dado o fracasso da socialdemocracia, de matriz keynesiana nos últimos trinta anos. Temos argumentado que o “ecletismo” de Oliveira Vianna no campo sociológico e aquele de Roberto Campos no campo econômico se encontram perfeitamente nesta compatibilidade entre liberalismo e autoritarismo - traço permanente do pensamento, bem como da própria estrutura do Estado brasileiro -, antecipando as teorias do neoliberalismo na década de Sessenta e seu apoio à ditadura militar no Chile.

Trata-se agora de fazer algumas considerações finais sobre a tensão liberalismo-autoritarismo como elemento aglutinador da nova direita “plural” brasileira.

Por um lado, a nova direita aceita os princípios do liberalismo e da democracia, dado que se apresenta as eleições para ganhar o consenso, por outro lado ela é “herdeira da Arena e depois do PDS, partidos de sustentação política do regime ditatorial” (CODATO; BOLOGNESI; MATTOS ROEDER, 2015, p. 116).

Enquanto os movimentos da direita logo no início da redemocratização da década de 1980 eram marcados pela manutenção da estrutura sindical-corporativista da Era Vargas, de cunho fascista (GENTILE, 2014, p. 84-101), bem como pelo apoio à ditadura (KAYSEL, 2015, p. 68), a nova direita já durante a fase constituinte combinava medidas institucionais de cunho autoritário e neocorporativista com o engajamento em políticas neoliberais, introduzidas no Brasil graças aos grandes empresários brasileiros vinculados à rede internacional de “*Think tanks*, fundações e organizações neoliberais estrangeiras (...), como o Liberty Fund, a Tinker Foundation, a Atlas Economic Research Foundation e o Center for International Private Enterprise” (Gros, 2004, p. 145). Nas manifestações antipetistas e a favor do *impeachment*, as organizações neoliberais contribuíram para construção do discurso de ódio e de intolerância da “atual cosmovisão da direita no Brasil, compreendida como um universo multidimensional, o qual abarca diferentes tonalidades ideológicas e emissões discursivas” (MESSENBURG, 2017, p. 633).

Os grupos organizados protagonistas das manifestações de junho de 2013 (Revoltados Online, Nas Ruas, Vem Pra Rua, MBL e também o neofascismo dos Carecas do ABC) se organizaram em torno de uma plataforma ideológico-política comum, indo do antipetismo ao antibolivarianismo, renovação ideológica do anticomunismo da década de cinquenta, passando pela antipolítica e pelo conservadorismo moral (família tradicional, patriotismo, combate a criminalidade, oposição as cotas raciais) - reformulação nesta nova conjuntura da lógica de inclusão-exclusão dos regimes autoritários -, até os argumentos tradicionais do neoliberalismo (estado mínimo, sociedade de mercado, liberdade de empresa, fim do estado social) (MESSENBURG, 2017, p. 633).

Se focamos também a atenção na frente nacionalista e fascista, é possível ver esta a tensão liberalismo-autoritarismo como traço marcante da nova direita brasileira. O discurso de Jair Bolsonaro mistura o autoritarismo da ditadura militar com os tópicos do neoliberalismo na economia e não parece estar em conflito com as posições neofascistas de Levy Fidelix e do PRTB (CALDEIRA NETO, 2016, p. 29-34). Da mesma forma, os movimentos pentecostais e neopentecostais estão se

expandindo mediante uma tendência a amalgamar princípios do neoliberalismo com a recusa moral dos avanços nos direitos de gênero (ALMEIDA, 2017, p. 1-27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na nossa perspectiva crítica trata-se de considerar o legado das experiências autoritárias como fixação de aspectos que se tornaram perenes e que estão inseridos na própria redemocratização pós-ditadura, de acordo com um processo que alguns cientistas sociais chamam de “hibridismo” da “semidemocracia” brasileira, caracterizada por uma convivência ambígua de novos elementos democráticos e permanências autoritárias (MAINWARING, 2001, p. 645-687).

Voltar a refletir sobre tópicos de longo prazo, quais sejam, a “ditadura republicana” de matriz positivista, a “ideologia do Estado autoritário”, o “autoritarismo instrumental”, e o hibridismo de lógica liberal e práxis autoritária, ou sobre a coexistência de um ideário neoliberal, difundido desde a década de 1980 no Brasil e na América Latina por institutos liberais a serviço da burguesia brasileira junto com o legado da Era Vargas – sindicato corporativo e formação de uma “cidadania regulada” pelo alto, concedendo previamente direitos sociais –, cujo modelo nacional-autoritário é incorporado ao processo de militarização do Estado e da sociedade civil brasileira nas décadas de 1960 e 1970, é fundamental para a compreensão tanto da tensão liberalismo-autoritarismo que permeia a ideologia da direita brasileira contemporânea, uma mistura de princípios neoliberais e defesa de retrocessos no campo dos direitos humanos e sociais, quanto também o papel estratégico por ela exercido no contexto mais amplo da “pós-democracia”, marcada pelos *lobbies* multinacionais, pelas mídias e por novas formas de poder oligárquico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. “A onda quebrada- evangélicos e conservadorismo”. *Cadernos Pagu*, n.50, p. 1-27, 2017.
- ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- BENOIST, Alain De. *Les idées à l'endroit*. Paris: Éditions Libres/Hallier, 1979.
- BEIRED, José B. *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea-Inpes, 1988.

- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Schwarz, 1992.
- CALDIRON, Guido. *La destra plurale*. Roma: Manifestolibri, 2001.
- CALDEIRA NETO, Odilon. “Frente nacionalista, neofascismo e “novas direitas” no Brasil”. *Faces de Clio. Revista do programa de pós graduação em historia - Ufffl*, vol. 2, n. 4, p. 20-36, 2016.
- CAMPOS, Roberto. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Apec, 1963.
- _____. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; MATTOS ROEDER, Karolina. “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs). *Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 115-143.
- CORREA, Maria Leticia. “Intelectuais, imprensa e conformação de um campo de debates sobre temas econômicos no Brasil (1930-1945)”. In: *Memorias Congresso Internacional de Historia “La modernidad en question”*. Quito: Universidad Central del Ecuador, 2016, p. 955-966.
- COUTO E SILVA, Golbery Do. *Conjuntura política nacional: O poder executivo & Geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- CROCE, Benedetto. *Scritti e discorsi politici (1943-1947)*. Roma-Bari: Laterza, 1973.
- CROUCH, Colin. *Post Democracy*. Cambridge: Polity Press, 2004.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FAORO, Raimundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Editora Ática, 1994.
- FRIEDMAN, Milton. *Essays in Positive Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.
- _____. *Capitalismo e liberdade*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- FUKUYAMA, Francis. *The end of History and the last man*. New York: Mac Millan, 1992.
- GENTILE, Emilio. *Le origini dell’ ideologia fascista*. Bolonha: Il Mulino, 1975.
- GENTILE, Fabio. *La rinascita della destra*. Napoli: ESI, 2013.
- _____. “O fascismo como modelo: incorporação da “carta del lavoro” na via brasileira para o corporativismo autoritário da década de 1930”. *Mediações*, v.19, n.1, p. 84-101, 2014.
- _____. “A apropriação do corporativismo fascista no autoritarismo instrumental de Oliveira Vianna”. *Politica hoje*, v. 27, p. 27-46, 2018.

- GÓES MONTEIRO, Pedro A. de. *A revolução de 30 a finalidade política do exército*. Rio de Janeiro: Andersen Editores, 1934.
- GOMES, Ângela de Castro. “Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o calendário de 1940”. In: BASTOS RUGAI, Elide (org.). *Intelectuais, sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 112-145.
- GROS, Denise. “Institutos Liberais, neoliberalismo e políticas públicas na nova república”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, n.54, p. 143-159, fevereiro/2004.
- GUDIN, Eugenio. *O pensamento de Eugenio Gudin*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1978.
- HAYEK, Friedrich A. von. *The Road to Serfdom*. London: Routledge, 1944.
- . *The Constitution of Liberty*. Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- IGNAZI, Piero. *Il Polo escluso. Profilo del MSI*. Bolonha: Il Mulino, 1989.
- JESI, Furio. *Cultura della destra*. Milão: Garzanti, 1979.
- KAYSEL, André. “Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras”. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs). *Direita, Volver! Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 49-74.
- LAMOUNIER, Bolivar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: FAUSTO, Boris. (org.). *História geral da civilização brasileira*. Vol. 2, Tomo III. São Paulo: Difel, 1977, p. 342-374.
- LÓPEZ SEGREGA, Francisco. *América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso dela nueva derecha*. Buenos Aires: Clacso, 2016.
- LYNCH, Edward C. “O pensamento conservador saquarema”. In: NUNES FERREIRA, Gabriela; BOTELHO, André (org.). *Revisão do pensamento conservador*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2010, p. 25-54.
- HAYEK, Friedrich A. von. *The Road to Serfdom*. London: Routledge, 1944.
- . *The Constitution of Liberty*. Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- MAINWARING, Scott (org.). “Classificando regimes políticos na América latina, 1945-1999”. *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 44, n. 4, p. 645-687, 2001.
- MESSENBURG, Débora. “A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros”. *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 32, n 3, p. 621-647, 2017.
- MURILO DE CARVALHO, José. *A construção da Ordem: A Elite Política Imperial*. Brasília: Ed UnB, 1981.
- . “A utopia de Oliveira Vianna”. In: Bastos Rugai, Elide; MORAES, João Q. (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993, p. 13-43.
- . *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2003.

- NUNES FERREIRA, Gabriela. *Centralização e descentralização no Império*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- OAKESHOTT, Michael. *Rationalism in Politics*. London: Methuen, 1962.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *Populações Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1987.
- PARLATO, Giuseppe. *Fascisti senza Mussolini. Le origini del neofascismo in Italia, 1943-1948*. Bolonha: Il Mulino, 2006.
- PIERUCCI, Antonio Flavio. “Ciladas da diferença”. *Tempo Social*, v.2, n.2, p. 7-37, 1990.
- SANTOS, Wanderley G. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SCHMITT, Carl. *Die Diktatur. Von den Anfängen des modernen Souveränitätsgedankens bis zum proletarischen Klassenkampf*. Berlin: Duncker & Humblot, 1921.
- SILVA, Ricardo. *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004.
- STERNHELL, Zeev. *Naissance de l’idéologie fasciste*. Paris: Librairie Arthème Fayard. 1989.
- TREVISAN, Leonardo. *O pensamento militar brasileiro*. São Paulo: Global, 1985.
- TRINDADE, Hêlgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de Trinta*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.
- . “Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822/1945)”. In: ROUQUIÉ, Alain et al. *Assim renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 46-72.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs). *Direita, Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2015.